CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4181/90

INTERESSADA: UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ASSUNTO : EXTINÇÃO DA DISCIPLINA "ESTUDO DE PROBLEMAS
BRASILEIROS"

RELATOR : CONSELHEIRO BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE N. DE SÁ

PARECER CEE Nº 1156/90 APROVADO EM 19/12/90

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

O Magnífico Reitor da Universidade de Taubaté encaminha representação formulada pelo Presidente do Diretório Central de Estudantes solicitando a extinção da disciplina "Estudo, de Problemas Brasileiros" dos cursos mantidos pela instituição.

Para tanto, junta cópias do documento apresentado pelo Diretório Central de Estudantes e do parecer do Conselho de Ensino e Pesquisa da UNITAU, solicitando da CLN/CEE entendimento sobre a autonomia didático-científica das universidades e a sua manifestação expressa sobre a constitucionalidade do Decreto - Lei nº 869/69 frente ao artigo 207 da Constituição Federal .

2. APRECIÇÃO

Compulsando os autos, verifica-se que a tese exposta para firmar a pretensão louva-se no princípio da autonomia universitária consagrada no artigo 207 da Constituição Federal, nesses termos:

" Art.207 - As universidades gozam de autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." Assim, considera-se o citado artigo violentado pelo Decreto - Lei nº 869, de 12/9/69, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus, nos sistemas de ensino do País.

Por outro lado, a atual Constituição Federal, adotando o preceito da Cartas anteriores, define, no artigo 22, XIV, ser com petência da União legislar privativamente sobre "diretrizes e bases da educação nacional".

Como leciona Carlos Maximiliano, in "Hermenêutica e Aplicação do Direito", página 385, quando a nova Constituição mantém a mesma linguagem da antiga, presume-se que se pretendeu não mudar a lei nesse particular.

Assim, enquanto as disposições das Leis de Diretrizes e Bases (4024/61, 5540/68 e 5692/71) não forem eliminadas ou substituí

das, permanecem válidas.

É oportuno advertir, então, que, por ora, a autonomia universitária é assegurada na forma da LEI e dos estatutos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 5.540, de 28.11.68, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, é bem clara:

"As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos "seus estatutos."(art.3º). e de outro lado, na espécie e ainda na legalidade:

" O Conselho Federal de Educação fixará o currículo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes e profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional" (art.26).

Assim, uma vez que a atividade administrativa é subordinada à lei, ou ato de força equivalente, não resta dúvida que compete ao Conselho Federal de Educação fixar a organização curricula, submetido à homologação do Senhor Ministro da Educação, e, portanto, manifestar-se sobre a matéria.

Ademais, deve-se considerar que, o texto da provável futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado na Comissão de Educação , Cultura e Desporto, da câmara dos Deputados, expressa ,a mesma regra jurídica da Lei atual, todavia, atualizando a ideia básica a ser tomada em apreço para o tratamento da questão , se aprovada como redação final:

"Artigo 23 - Cabe ao Conselho Nacional de Educação:

.....

VI - Fixar, após ouvir educadores e comunidade científicas das áreas envolvidas, DIRETRIZES CURRICULARES GERAIS, definindo uma base nacional de estudos para cada nível de ensino, curso ou área de formação."

3. CONCLUSÃO

Responda-se nos termos deste Parecer.

São Paulo, 04 de dezembro de 1990.

**a) Consº BENENITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUEIRA DE SÁ
RELATOR**

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1990.

a) **Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES**
Presidente